




DESDE 1957



## NESTA EDIÇÃO:

- Modernização do mercado único 1
- Programa para a promoção do emprego em Portugal 2
- Iniciativa Comunitária Leader 2
- Novos programas para a política de coesão em Portugal 3
- Microcrédito na UE 3
- Sítios web enganosos avião 4
- Breves 5
- Oportunidades de financiamento 5
- Oportunidades de parceria 5

# Mercado único moderno em benefício de todos

A Comissão europeia apresentou um conjunto de iniciativas destinadas a modernizar o mercado único europeu e a assegurar mais benefícios para os europeus, a partir dos êxitos registados no passado. O mercado único já contribuiu para criar empresas competitivas, reduzir os preços, proporcionar uma maior escolha aos consumidores e tornar a Europa mais atractiva para os investidores.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão Europeia considera que o pacote de medidas apresentado “é equilibrado e traduzir-se-á num mercado único que proporcionará à Europa dar uma resposta mais dinâmica à globalização, com o objectivo de promover o crescimento e criar emprego, assegurar preços justos e contribuir para a protecção social e ambiental.”

## Dar poder aos consumidores

A Comissão pretende dar aos consumidores mais direitos e informação, para seu próprio benefício e para fomentar a competitividade e a inovação. Neste sentido a Comissão irá propor a adopção de regras aperfeiçoadas em matéria de direitos contratuais dos consumidores e de acções judiciais colectivas, permitindo a um grupo de pessoas de diferentes Estados-membros da UE, com a mesma queixa acerca da mesma empresa associarem-se com vista à sua prossecução.

## Tirar partido da globalização em benefício de todos os europeus

A Comissão está determinada em que os benefícios da globalização não sejam monopolizados por interesses adquiridos com um poder de mercado desproporcionado, mas que cheguem a todos os cidadãos europeus. O exemplo do sector têxtil demonstrou que os benefícios da abertura comercial nem sempre se repercutem nos consumidores finais, devido a estrangulamentos e à falta de concorrência. Assim, serão examinados um conjunto de secto-

res de modo mais aprofundado e propor a adopção de políticas relativamente aos mercados que não funcionam eficientemente.

## Lei relativa às pequenas empresas na Europa

A Comissão irá propor uma lei relativa às pequenas empresas em 2008 com o objectivo de reduzir a burocracia, melhorar o acesso das PME aos programas europeus, reforçar a sua participação nos contratos públicos e reduzir os obstáculos às actividades transfronteiras, inclusive através de um estatuto da pequena empresa europeia. A Comissão examinará o modo como as políticas fiscais afectam o crescimento das PME.

## O conhecimento e a inovação no mercado único

Uma nova estratégia de normalização visará contribuir para que os resultados da I&D tenham uma aplicação comercial e fomentar a adopção de tecnologias de poupança de energia. A partir do pacote relativo às comunicações electrónicas, um emblema do novo mercado único, a Comissão apresentará em 2008 iniciativas em matéria de serviço universal e de interoperabilidade dos sistemas de governo electrónico. A Comissão irá procurar assegurar progressos no domínio de um quadro comum de protecção de patentes na UE e propor um “passaporte do investigador” para incentivar a sua mobilidade.

## Uma melhor gestão corrente do mercado único

O programa comunitário revisto de Lisboa, anunciado no quadro do relatório estratégico intercalar de Dezembro, sobre a estratégia para o crescimento e emprego para 2005-2010, reflectirá mais as prioridades do mercado único do que no passado. Solicitar-se-á aos Estados-membros que incluam nos seus relatórios anuais sobre a Estratégia de Lisboa informações sobre o fun-

cionamento do mercado único.

A Comissão iniciou um projecto-piloto de “embaixadores do mercado único”, e está a criar um balcão único de prestação do “serviço de assistência relativo ao mercado único” destinado aos cidadãos e às empresas.

## A dimensão social

O mercado único teve sempre uma forte dimensão social. O seu êxito foi concomitante com a solidariedade e com a coesão.

O pacote apresentado inclui a visão social da Comissão, no âmbito de uma Europa do século XXI em rápida mutação e prevê o modo como, numa era de globalização, todos os cidadãos da Europa devem ter acesso a recursos que lhes permitam melhorar as suas “condições de vida” e beneficiar da crescente prosperidade.

A visão social da Comissão permitiu identificar a necessidade de investimento, por parte dos Estados-membros em áreas como juventude, oportunidades de carreira, uma vida mais sadia e longa, igualdade entre homens e mulheres, inclusão e não discriminação, mobilidade e integração e cultura, participação e diálogo.

## A dimensão ambiental

A experiência da Europa a nível de protecção do ambiente e da transição para uma economia com uma baixa intensidade de carbono influenciou as abordagens mundiais e criou novos mercados e de exportação para bens e serviços favoráveis ao ambiente. É necessário prestar uma atenção contínua no quadro do mercado único para assegurar que os preços do mercado reflectam os custos efectivos dos bens e serviços para a sociedade. Esta prossecução da sustentabilidade constituirá um motor da inovação e um investimento para as gerações futuras.

## Programa para a promoção de emprego em Portugal: União Europeia disponibiliza 6 mil milhões de euros



A Comissão Europeia deu um passo importante para ajudar Portugal a colher todos os benefícios da adesão à União Europeia através do lançamento do Programa para a Promoção do Emprego. Co-financiado pela UE e pelo Governo Português através do Fundo Social Europeu (FSE), o programa representa um verdadeiro compromisso no investimento nas pessoas e suas qualificações.

Com uma dotação de 6 mil milhões de euros de financiamento da UE, o programa visa melhorar os níveis de qualificação em geral e promover a igualdade de oportunidades. O programa irá contribuir para aumentar o emprego e prestar apoio ao empreendedorismo, assegurando que as qualificações correspondem às necessidades de um mercado em rápida mutação.

O FSE reforça a capacidade da Europa para criar melhores empregos e dotar os trabalhadores das competências necessárias para os exercer. Estes objectivos devem, no entanto, ser postos em prática a nível nacional. O programa português vai centrar-se nos seguintes aspectos:

- Desenvolver a educação e qualificação das pessoas, através de

- acções de formação e aprendizagem ao longo da vida;

- Promover a ciência, a inovação e a modernização;

- Incentivar as pessoas a serem mais empreendedoras, lançando as suas próprias empresas;

- Facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho;

- Promover uma maior coesão social e igualdade de oportunidades, nomeadamente a igualdade entre os géneros.

O Fundo Social Europeu disponibiliza anualmente mais de 10 mil milhões de euros. No final do novo período de financiamento (2007-2013), a UE terá contribuído com cerca de 75 mil milhões de euros para os 27 Estados-membros, o que representa mais de 10% do orçamento global da União Europeia. Os Estados-membros devem elaborar os seus próprios programas operacionais do FSE para poderem responder às necessidades reais “no terreno”.

Em Portugal, o FSE financia o Programa Operacional para o Desenvolvimento do Potencial Humano, atribuindo cerca de 6 mil milhões de euros ao longo

dos próximos sete anos. O cofinanciamento da UE deve ser brevemente aprovado no que respeita aos programas dos Açores e Madeira.

### Sobre o FSE

O FSE criado em 1957, é o principal instrumento financeiro para investir nas pessoas, mediante o desenvolvimento das suas qualificações. Centra-se em cinco prioridades:

- ajudar os trabalhadores e as empresas a adaptarem-se às constantes mudanças ocorridas na economia;

- aumentar o acesso ao emprego e à participação no mercado de trabalho;

- melhorar a formação e as qualificações através de melhores sistemas de educação e formação;

- reforçar a integração social das pessoas desfavorecidas e combater a discriminação no mercado de trabalho;

- promover parcerias para realizar reformas nos domínios do emprego e integração social entre empregadores, sindicatos e organizações não-governamentais.

Mais informação em: <http://ec.europa.eu/esf>

## Leader: envolver grupos locais na política de desenvolvimento rural

“Leader” é o acrónimo francês de “ligações entre acções de desenvolvimento da economia rural”. Tal como o nome indica, trata-se de mais um método de mobilização e concretização do desenvolvimento em comunidades locais rurais, por intermédio de grupos de acção local, do que um conjunto fixo de medidas.

O Leader é uma abordagem do desenvolvimento rural que desce realmente ao “nível local”, concretizada com o apoio financeiro do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) no período 2007-2013

e parte integrante da Política Agrícola Comum. No seu cerne está a ideia de que as soluções viáveis para os problemas locais rurais não são arquitectadas em Bruxelas ou nas capitais nacionais—razão pela qual o método Leader estimula as comunidades rurais a conceberem as suas próprias estratégias de financiamento, desse modo focando os problemas com maior eficiência.

No entanto, o objectivo do Leader é fazer com que os agentes rurais, organizados em grupos de acção local (GAL), não se limitem à simples reflexão sobre o potencial das suas regiões a longo prazo. As forças vivas locais devem igualmente pôr em prática

as suas estratégias, experimentando novas formas de impulso ao crescimento e ao emprego, promovendo o património natural e cultural e dando às suas comunidades num lugar no futuro.

A cooperação é uma componente fundamental da abordagem Leader, pelo que se estimula vivamente a interligação em rede dos diversos GAL aos níveis regional, nacional e transfronteiras.

Segundo as regras do novo período de programação (2007-2013), pelo menos 5% dos programas de desenvolvimento rural de cada Estado-membro devem ser levados a efeito em conformidade com o Leader. Foram programados pelos Estados-membros qua-



se 6%, equivalendo a 5 mil milhões de euros à disposição de mais de 1500 grupos de acção local na União Europeia. Todas as zonas rurais da UE são, em princípio, elegíveis para o Leader, e é objectivo da Comissão incentivar a constituição de GAL nos Estados-

membros da Europa Central e Oriental.

Com mais de 60% da população dos 27 Estados-membros da União Europeia a viver em zonas rurais, que cobrem 90% do território, o desenvolvimento rural é uma área política de importância

vital. O reforço da política de desenvolvimento rural através de uma abordagem participativa, territorial e integrada como o Leader tornou-se, por conseguinte, uma prioridade global para a UE.

Mais informação em: <http://ec.europa.eu/leaderplus>

## Novos programas assinalam uma viragem nas políticas de coesão em Portugal

No dia 17 de Outubro decorreu em Lisboa a cerimónia de apresentação pública de dez Programas Operacionais, que ditarão o futuro da Política de Coesão em Portugal para 2007-2013 e conduzirão a um investimento europeu de 20,9 milhões de euros.

A nova estratégia centrar-se-á nos recursos humanos, na inovação e na tecnologia, no desenvolvimento empresarial e na coesão territorial. Os programas contribuirão, prioritariamente, para a conclusão das redes transeuropeias de transportes, para uma melhor eficiência energética e a redução das emissões de CO<sub>2</sub>, para promover o envolvimento das empresas na investigação e no desenvolvimento e para a requalificação de áreas urbanas desfavorecidas. O programa "Factores de Competitividade" aumentará o microcrédito às empresas, nomeadamente através da nova iniciativa europeia "JEREMIE" (Joint European Resources for Micro to Medium Enterprises—recursos europeus para as micro, pequenas e médias empresas).

Mais informação em: <http://www.qren.pt>

## Novas opções para o desenvolvimento do microcrédito na Europa

O microcrédito tem sido utilizado com muito êxito em países menos desenvolvidos e já se registaram algumas acções neste domínio na UE, tanto a nível comunitário como nacional. Na UE, a procura deste tipo de crédito—trata-se essencialmente de empréstimos que rondam, em média os 7 700 euros—provém, na esmagadora maioria, de pessoas que querem criar pequenas empresas no sector dos serviços. Sejam

eles serviços às empresas, a particulares ou às famílias, podem ser prestados por especialistas em computadores, pessoal de limpeza, jardineiros ou acompanhantes, tanto de pessoas, como de animais de companhia—com o microcrédito as competências e as capacidades de um indivíduo podem culminar na criação de uma empresa.

Tudo indica uma procura potencial-

mente elevada por parte de pessoas que, por várias razões, não conseguem obter empréstimos junto do sector bancário tradicional. A Comissão Europeia apresentou uma iniciativa que tem por objectivo criar um quadro de coordenação dos esforços a nível da UE, mediante o aperfeiçoamento do enquadramento jurídico e institucional em que operam os fornecedores de

disponíveis para as regiões que entram no objectivo "Convergência" foram direccionados pelas autoridades para despesas no âmbito da nova Agenda de Lisboa, que se concentra em sectores como o das tecnologias da informação e da comunicação, o da investigação e desenvolvimento, o das energias renováveis e o do apoio às PME. Esta percentagem ultrapassa 75% nas regiões abrangidas pelo Objectivo "Competitividade e Emprego".

### Anteriores realizações da Política de Coesão em Portugal

Entre os projectos apoiados pela Política regional europeia destacam-se a ampliação do Aeroporto da madeira e a construção da Ponte Vasco da Gama, que liga Lisboa à Margem Sul. Este auxílio trouxe mudanças palpáveis à vida quotidiana dos portugueses, tornando possível, por exemplo, a requalificação da rede de abastecimento e tratamento de água para consumo doméstico e ajudando a acabar com as lixeiras a céu aberto.



microcrédito e o aumento da disponibilidade de capital.

Os principais aspectos desta iniciativa são primeiro, convidar os Estados-membros a adaptar os quadros institucionais, legais e comerciais nacionais para promover um ambiente mais favorável ao desenvolvimento do microcrédito. Uma tal adaptação implica a alteração dos respectivos programas nacionais de reforma, adoptados ao abrigo da Estratégia de Lisboa para o crescimento e emprego, de modo a que se estabeleçam objectivos significativos neste domínio.

Segundo, recomendar a criação de um novo instrumento a nível europeu, com pessoal especializado incumbido de apoiar o desenvolvimento de instituições de microfinanciamento do sector não-bancário nos Estados-membros.

Para além de facultarem empréstimos, os fornecedores de microfinanciamento poderiam também prestar um serviço de acompanhamento aos mutuários, para que as empresas se desenvolvam com êxito. Este tipo de acompanhamento é crucial

para o bom funcionamento das operações de microcrédito.

Para aumentar o capital de que dispõem os fornecedores de microcrédito, esta iniciativa propõe o estabelecimento de um microfundo no âmbito do novo instrumento, que contribuiria para o financiamento das actividades de concessão de empréstimos das instituições de microfinanciamento, podendo estas recorrer a vários investidores e doadores. Tanto o BEI como o FEI manifestaram interesse em gerir este instrumento.

No âmbito do novo instrumento seriam levadas a cabo tarefas como a elaboração de análises de mercado e orientações assim como a realização de cursos de formação, especialmente para desenvolver a capacidade de tutoria, essencial para o bom desenrolar das operações de microcrédito. O apoio financeiro proviria do orçamento para assistência técnica dos Fundos Estruturais (FEDER) geridos pela Comissão Europeia. Este novo instrumento seria gerido pelo Fundo Europeu de Investimento (FEI) que já é parceiro da Comissão no domínio do microcrédito

através da iniciativa JEREMIE, lançada em 2005. A nova iniciativa iria incidir sobre o desenvolvimento do enorme potencial da vertente relacionada com o microcrédito das actividades de JEREMIE.

Quanto à procura de potencial na UE, o microcrédito refere-se a empréstimos inferiores a 25 000 euros, situando-se a média, de um modo geral, entre 10 000 para a UE-15 e 3 800 euros para a UE-12. Destina-se às microempresas com menos de 10 empregados (91% de todas as empresas europeias), a desempregados e a pessoas inactivas que pretendem exercer uma actividade independente mas não têm acesso aos serviços bancários tradicionais. Esta iniciativa visa o segmento de mercado que não pode recorrer aos créditos habituais. O microcrédito desenvolve-se tanto nos novos como nos antigos Estados-membros. Segundo estimativas baseadas em dados do Eurostat, a potencial procura de microcrédito na UE poderia corresponder a mais de 700 000 novos empréstimos, ascendendo a cerca de 6,1 mil milhões de euros, a curto prazo.

Mais informação em: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm)

## Ofensiva da UE contra sítios *web* enganosos que vendem bilhetes de avião



A Comissária Europeia responsável pela Defesa do Consumidor, Meglena Kuneva, anunciou os resultados de uma investigação realizada em toda a UE—envolvendo 15 autoridades nacionais da UE e da Noruega—para combater a publicidade enganosa e as práticas desleais por parte de sítios *web* que vendem bilhetes de avião. A medida abrange as principais transportadoras aéreas europeias, as companhias ditas de “baixo custo”, assim como outros sítios *web* que vendem bilhetes de avião. Os resultados da investigação revelam que cerca de 50% dos sítios *web* apresentam irregularidades, nomeadamente a nível da indicação de preços, das condições contratuais e da clareza das condições de oferta. Entre 24 e 28 de Setembro, naquela que foi a primeira iniciativa coerciva conjunta tomada pela UE no domínio do direito do consumidor, coordenada pela Comissão Europeia, as autoridades competentes da Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Itália, Lituânia, Malta, Portugal, Suécia e também Noruega, passaram a pente fino mais de 400 sítios *web* a fim de

verificar a sua conformidade com o direito comunitário do consumidor. A esta fiscalização exaustiva seguir-se-á uma fase de coerção, em que as empresas serão contactadas pelas autoridades, sendo-lhes pedido para corrigirem os sítios *web* ou para clarificarem a sua posição. A Comissária Kuneva advertiu as empresas de que têm quatro meses para reagir. Paralelamente à eventual instauração de processos judiciais, Kuneva não hesitará em revelar os nomes das empresas que não tiverem corrigido os seus sítios *web* em conformidade com a legislação da UE dentro do prazo fixado.

A acção de fiscalização centrou-se em três grandes práticas:

- Indicação clara dos preços: o montante anunciado em destaque na primeira página dos sítios *web* deve indicar claramente o preço global, ou seja, os encargos adicionais, nomeadamente taxas, despesas de reserva ou comissões por pagamento com cartão de crédito, devem ser claramente indicados desde o início e não acrescentados numa fase posterior da operação de reserva;

- Disponibilidade: quaisquer condições subjacentes à oferta, nomeadamente as limitações de disponibilidade relacionadas com uma determinada modalidade, devem ser claramente indicadas. Os preços e as promoções especiais são frequentemente utilizados para iludir o consumidor, incitando-o a proceder a uma reserva de voo, quando, na realidade, só está disponível um número muito limitado de lugares que correspondem à oferta publicitada;

- Condições contratuais honestas: os termos do contrato devem ser indicados claramente, de forma honesta e acessível. Entre as práticas desleais contam-se a subscrição obrigatória de um seguro juntamente com a compra do bilhete ou a obrigação de assinalar expressamente que não se quer subscriver qualquer seguro, em vez da opção normal que seria não ter de assinalar nada. Os termos e as condições contratuais devem estar disponíveis na língua do consumidor.

Em Portugal foram fiscalizados dos 16 sítios *web* fiscalizados, 11 apresentaram irregularidades.

Mais informação em: [http://ec.europa.eu/news/environment/071114\\_1\\_en.htm](http://ec.europa.eu/news/environment/071114_1_en.htm)

## O importante é participar

Lançar uma campanha sobre os valores europeus, publicar um manual sobre a cidadania activa, organizar seminários para ultrapassar os preconceitos e o racismo ou ainda estabelecer laços entre duas cidades europeias, eis alguns exemplos de projectos cívicos recompensados com as “estrelas de ouro”. Este ano, o tema do diálogo intercultural esteve em particular destaque, o que constitui uma boa forma de introduzir o Ano Europeu 2008. As estrelas de ouro foram atribuídas no âmbito do novo programa “Europa para os Cidadãos”, que visa reforçar a participação dos mesmos na construção europeia. O programa apoiará projectos de geminação de cidades, acções destinadas a reforçar a memória europeia e estudos que permitam informar os cidadãos sobre o que faz a UE no seu dia-a-dia.

[http://ec.europa.eu/citizenship/index\\_en.html](http://ec.europa.eu/citizenship/index_en.html)



## Automóveis inteligentes

Graças às novas tecnologias, os automóveis estão cada vez mais seguros, mais limpos e mais inteligentes. A maioria dos condutores já conhece o sistema ABS, mas em breve ouvirão falar de muitas outras novidades tecnológicas, que tornarão os automóveis ainda mais inteligentes.

Todos os anos há na Europa mais de 1,3 milhões de acidentes rodoviários com mais de 40 000 mortos. A tecnologia pode ser um elemento decisivo para ajudar a reduzir esses números.

Quer saber se é tão inteligente quanto o seu carro? Participe no concurso interactivo em linha e habilite-se a ganhar um dos 10 cursos de condução avançada.

[http://ec.europa.eu/information\\_society/activities/intelligentcar/quiz/icarapplication.htm](http://ec.europa.eu/information_society/activities/intelligentcar/quiz/icarapplication.htm)

## EUTube atinge um milhão de visitas

*EUTube, o canal da Comissão Europeia no You Tube, atingiu mais de um milhão de visitas na sua página principal e mais de sete milhões de visualizações de vídeos desde o seu lançamento há menos de três meses.*

O canal apresenta 69 vídeos sobre uma gama variada de temas—desde os primeiros passos históricos da UE durante o pós-guerra até à necessidade actual de lutar contra as alterações climáticas. O vídeo mais procurado, com o recorde

espantoso de 4,2 milhões de visitas, é o que promove o programa MEDIA da UE: “LOVE—Film lovers will love this”. Entre outros êxitos, figura um vídeo sobre saúde pública “AIDS: Remember me” e outro que ilustra os esforços da UE para combater os incêndios florestais na Grécia durante o último Verão. Este último foi visualizado mais de 180 000 vezes em três semanas.

Os vídeos disponibilizados pela Comissão têm recebido milhares de comentá-

rios dos utilizadores do You Tube, na sua grande maioria positivos. Muitos dos vídeos têm classificações de quatro estrelas ou superior. Desde o lançamento do canal, no final de Junho de 2007, têm vindo a ser adicionados aos seus conteúdos, vídeos em língua francesa e alemã.

[www.youtube.com/eutube](http://www.youtube.com/eutube)

## Oportunidades de Financiamento

Todos os convites à apresentação de candidaturas a projectos da Comissão Europeia disponíveis em:

<http://europedirect.esgs.pt/Financiamento.asp>

## Oportunidades de Parcerias

Todas as oportunidades de parcerias para projectos da Comissão Europeia disponíveis em:

<http://europedirect.esgs.pt/Parcerias.asp>